

FERNANDO DE AZEVEDO (1894-1974) E A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO *INQUÉRITO DE 1926*

José Carlos Souza Araújo (UNITRI/UFU)

Eixo temático: Intelectuais, pensamento social e educação

O intuito deste é analisar a *Educação Superior no Inquérito* - realizado em 1926 pelo jornal *O Estado de São Paulo* -, sob a orientação de Fernando de Azevedo, que esteve vinculado ao mesmo entre 1923 e 1926. Terminou o Curso de Direito em São Paulo em 1918 - mas iniciado no Rio de Janeiro, depois transferido para Belo Horizonte, de onde saiu para concluí-lo em São Paulo em 1917 -, Fernando de Azevedo foi professor de Latim e Literatura na Escola Normal de São Paulo entre 1920 e 1930. Portanto, é com esta formação e com esta trajetória, que Fernando de Azevedo assume a tarefa de realização do *Inquérito*, o qual foi objeto de uma primeira edição em 1937 com o título *A educação pública em S. Paulo*. No entanto, foi publicado sob o título *A educação na encruzilhada*, em sua segunda edição em 1960.

Tal *Inquérito* visou realizar um diagnóstico sobre a educação pública em São Paulo, mas apresenta-se inserido no movimento escolanovista no Brasil, ocorrido nos anos 1920, com três seções: a) uma dedicada ao ensino primário e normal; b) a segunda ao ensino técnico e profissional e c) a terceira destinada ao ensino secundário e superior. Cabe observar que cada uma dessas seções assumem os depoimentos conjugadamente, ou seja, especificamente os ensinos secundário e superior são objetos do mesmo depoimento, e assim respectivamente em relação às outras seções.

Na verdade, o *Inquérito* é tripartite. E o objeto deste estudo ater-se-á à educação superior, o que não significa que não hajam questões ou respostas explícitas a respeito do tema – é o caso de três questões relativas ao ensino primário e normal – ou implícitas, como é o caso da seção dedicada ao ensino técnico e profissional.

Etimologicamente, inquirir significa ‘buscar por muito tempo’, explorar, procurar. Sinonimicamente, inquérito pode-se traduzir por averiguação minuciosa, pesquisa, investigação. Nessa direção, a obra de Fernando de Azevedo dedica-se à investigação, através de um questionário prévio, a respeito dos níveis e modalidades de ensino mencionados. Nesse sentido, trata-se de uma obra-referência no campo da documentação histórico-educacional, uma vez que envolve depoentes de cidades de São Paulo e do interior paulista, como Casa Branca, Ribeirão Preto e Piracicaba, bem como depoentes que

tiveram trajetórias profissionais diversificadas, e não somente ligadas à profissão docente ou Estado de São Paulo.

E o objeto particular dessa proposta é dispor, numa perspectiva sinótica e organizadamente, os elementos básicos que norteiam os encaminhamentos presentes no *Inquérito* relativos às questões que envolvem as concepções de universidade e de educação superior. Tal perspectiva abrange nove autores, sendo oito depoimentos somados às reflexões introdutórias e conclusivas de Fernando de Azevedo.

Demarcações de caráter histórico e educacional

Os anos 1920 já conferem à Primeira República uma avaliação nada animadora, posto que a taxa de analfabetismo em 1890 era de 85%, e as estimativas relativas a 1930 são de 65%, percentual também pertencente a 1920 (RIBEIRO, 1978). O Brasil contava com apenas uma universidade: antes do *Inquérito* de 1926, somente a Universidade do Rio de Janeiro fora criada em 07/09/1920; a segunda fora criada depois dele, a Universidade de Minas Gerais, em 07/09/1927, por ocasião da comemoração do primeiro ano de governo do Presidente Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.

As políticas públicas estaduais em torno dos grupos escolares - iniciadas nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro nos anos 1890; na primeira década do 1900, instauradas em Minas Gerais, Maranhão, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Espírito Santo, e na segunda década do 1900 na Paraíba, em Santa Catarina e em Goiás (VIDAL, 2006) -, conferiam à educação brasileira um andamento relativamente lento.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 é taxativo na avaliação da política educacional sob o regime republicano:

[...] se depois de 43 anos de regime republicano, se der um balanço ao estado atual da educação pública, no Brasil, se verificará que, dissociadas sempre as reformas econômicas e educacionais, que era indispensável entrelaçar e encadear, dirigindo-as no mesmo sentido, todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar, à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentário e desarticulado. A situação atual, criada pela sucessão periódica de reformas parciais e freqüentemente arbitrárias, lançadas sem solidez econômica e sem uma visão global do problema, em todos os seus aspectos, nos deixa antes a impressão desoladora de construções isoladas, algumas já em ruína, outras abandonadas em seus alicerces, e as melhores, ainda não em termos de serem despojadas de

seus andaimes... (O MANIFESTO DOS PIONEIROS EDUCAÇÃO NOVA de 1932, p 54).

No tocante à educação superior, escrevia Fernando de Azevedo em 1957, que “[...] *a falha capital que se apontou, foi a ausência de Universidades ou a tremenda deficiência de instituições de altos estudos e de pesquisas*” (AZEVEDO, 1960, p. 23). Ressalte-se que o Brasil contava em 1918 com 70 cursos superiores (TEIXEIRA, 1889, p. 104), dos quais 56 resultaram do período republicano, mas em 1930 não chegavam aos 80. Se não se atribuir ao conjunto dos cursos superiores a ‘*impressão desoladora de construções isoladas*, ou ‘*abandonadas em seus alicerces*’, é necessário assumir, segundo a avaliação presente no Manifesto de 1932, que o ensino superior não poderia ainda despojar-se de seus andaimes.

Os depoimentos e seus conteúdos no tocante à educação superior

São várias as temáticas que servem como porta de entrada para a compreensão das concepções de universidade e de educação superior. No entanto, a dimensão que orienta este estudo se apóia nas relações entre a educação superior e a sociedade brasileira de então. Como totalidade, esta expressa demandas crescentes nos anos 1920, período em que várias tentativas de criação de universidade já tinham ocorrido¹, porém cresciam as pressões pela emergência de universidades que atendessem à pulsação social, cultural, intelectual, econômica, industrial, urbana etc.

Nessa direção, *educação superior* e *sociedade* implicam-se mutuamente, e a Primeira República tinha já vivido seus 37 anos, quando aconteceu o *Inquérito* em apreço. As reformas republicanas, todas envolvendo a educação superior, já eram cinco até então: a de Benjamin Constant, de 03/11/1892; a de Eptácio Pessoa, de 01/01/1901; a de Rivadávia Corrêa, de 05/04/1911; a de Carlos Maximiliano, de 18/03/1915, e a de Rocha Vaz, de 13/01/1925.

Os posicionamentos de Fernando de Azevedo, Rui Paula Sousa, Amadeu Amaral, Ovídio Pires Campos e Reinaldo Porchat configuram em seu conjunto uma visão crítica às reformas republicanas até 1925. Em suma, expressam, por um lado, uma reflexão sobre o passado reformista no campo da educação brasileira republicana. Mas não manifestam somente uma visão sobre o passado, posto que naquele presente (1926) estiveram preocupados com os efeitos da ‘*obsessão reformista*’, mas tendo em vista a construção

¹ São exemplos a de Manaus em 1909, a de São Paulo em 1911 e a de Curitiba em 1912.

futura da educação brasileira. O posicionamento de Fernando de Azevedo assume a reforma como um problema político e, inclusive, dos políticos que secundarizam a dimensão técnica. Rui Paula Sousa aponta que o ensino de fato superior necessita uma melhor formação em nível secundário, distante da ênfase na memorização, mas tendo em vista o desenvolvimento científico. Amadeu Amaral apontou várias dificuldades para a estruturação de um plano puramente pedagógico em vista das realidades que tecem o ensino. Para Ovídio Pires Campos, o presente educacional está carregado de instabilidade, de anarquia e desordem em vista das reformas, e o seu projeto se assenta em atender as necessidades brasileiras, tendo em vista a formação de um pensamento próprio.

Tal olhar crítico a respeito das reformas e de seu sentido para a cultura brasileira promove a emergência de várias temáticas relativas à educação superior, trazendo à tona aspirações refletidas nos meios educacionais e entre alguns intelectuais. Nesse sentido, os oito depoimentos e os escritos de Fernando de Azevedo, introdutórios e conclusivos à seção sobre o ensino secundário e superior, expressam uma consciência possível, diante da consciência real revelada a respeito do sentido das reformas anteriormente realizadas.

Dentre as aspirações presentes nos depoimentos, a formação do professor para os níveis secundário e superior é um dos eixos em que se concentra a discussão sobre a questão universitária. Para Fernando de Azevedo, será o ensino universitário que irá “[...] *resolver a questão fundamental da formação do professorado secundário e superior, constituído hoje quase somente de autodidatas que devem a sua especialidade a esforços puramente individuais*” (AZEVEDO, 1960, p. 190).

Em sua avaliação, a obra de cultura e de educação naquele momento é dispersiva e incoerente. Metaforicamente, tal ação nacional seria “*à maneira de um rio cuja corrente, cada vez mais volumosa, se pode remontar de afluente em afluente até as suas fontes universitárias*” (AZEVEDO, 1960, p. 190). Assim compreendida, a universidade seria uma nascente acessível pelos afluentes que compõem um rio volumoso e com correnteza a banhar a toda a sociedade.

Do punho de Fernando de Azevedo, nas conclusões ao inquérito sobre a seção do ensino secundário e superior, afirma uma perspectiva a ser buscada, a da construção de um sistema de ensino que obedecesse a um plano geral, o que implicaria intrinsecamente a formação do seu corpo docente. Segundo ele, “[...] *veremos amanhã [...] nas Universidades, e só nas Universidades, onde se tem de buscar o meio para essa preparação profissional que aplique princípios comuns e ofereça freqüentes pontos de contato, para fazer do professorado, hoje disperso e orientado para ideais diferentes, uma*

força viva, idealista e criadora, posta ao serviço de toda a nação” (AZEVEDO, 1960, p. 266).

Como se evidenciou, a concepção de universidade entre os depoentes, está vinculada ao ensino secundário, seja no sentido daquela promover a este, seja na direção de estruturar o ensino secundário para fazer frutificar uma melhor universidade. Para Fernando de Azevedo, esta é concebida como um centro de alta cultura e de pesquisa científica, como *‘um organismo de sangue vivo e constantemente renovado’*, e que têm *“uma função superior e inalienável que é a formação, isto é, o preparo e o aperfeiçoamento das classes dirigentes”* (AZEVEDO, 1960, p. 190-191).

Nessa dimensão, as universidades são concebidas como *‘núcleos de ação e orientação, não apenas científicos, mas sociais e políticos’*, como *‘forças vivas do país’*, como *‘centros germinadores e orientadores de correntes de opinião’*, como *‘instrumentos de cultura nacional’* - o que significa a própria extensão universitária -, como *‘colméias ativas de sábios e pensadores’*, como lugar de *‘formação da cultura nacional’*, e tais locuções espelham, metaforicamente, o projeto de Fernando de Azevedo.

O posicionamento de Rui Paula Souza, professor da Escola Normal de São Paulo, também se manifesta semelhante ao projeto de Fernando de Azevedo: depois de considerar que o ensino secundário tem por base *“a formação dos espíritos, isto é, o desenvolvimento superior das faculdades intelectuais do educando”* (AZEVEDO, 1960, p. 195), afirma-o como formativo e não aquisitivo. Nesse patamar conceitual, sustenta que *“se se admite que para formar a elite de uma nação, há interesse em fazer dar pelos melhores espíritos o máximo rendimento. Para os tornar instrumentos ótimos, é preciso justamente esta lenta ação de um curso de estudos prolongados e desinteressados”* (AZEVEDO, 1960, p. 195).

Para Mário de Sousa Lima, professor de Língua Portuguesa do Ginásio de São Paulo, *‘a educação generalizada é a mola propulsora de todo o progresso moderno’* (AZEVEDO, 1960, p. 202). Saliente-se a contemporaneidade da seguinte afirmação do ponto de vista discursivo: *“[...] só uma contínua e completa informação dos progressos científicos permitirá a um povo a utilização oportuna dos meios que lhe consentirão manter-se sem desvantagens na concorrência internacional”* (AZEVEDO, 1960, p. 202). Com relação à questão sobre os estabelecimentos de pesquisa científica e cultura livre e desinteressada, afirmava: *“Só a pesquisa pessoal e a cultura superior formam pensadores originais e profundos”* (AZEVEDO, 1960, p. 208).

No entanto, há uma voz discordante em tais depoimentos, pois para Amadeu Amaral, autodidata, folclorista e ensaísta, a formação das elites não é problema capital numa democracia. Para ele,

“a elite, isto é, o conjunto de indivíduos mais educados, mais inteligentes, mais espertos, mais dominadores, é um produto natural e espontâneo de toda sociedade. Em todos os agrupamentos [...], há sempre faltamente, pela simples natureza das coisas, uma minoria que toma a si, por direito, por astúcia ou por força, os encargos da direção espiritual e temporal. Portanto, a formação de uma elite não é problema, é uma realidade velha e permanente. É até inevitável. O que pode ser um problema é o aperfeiçoamento intelectual e moral das elites” (AZEVEDO, 1960, p. 223).

Posta a questão dessa forma, Amadeu Amaral, afirma que o problema central de uma democracia é a educação do povo. Retomando ele a sua discussão sobre a elite, afirma: *“Uma vez compreendido que uma elite não é ‘formada’, ‘forma-se’- forma-se por si mesma, sai espontaneamente da massa, impelida por um conjunto indecomponível de qualidades, em que as disposições nativas e intransmissíveis têm larga parte, parte precípua, - como distinguir e recrutar, na massa os elementos individuais que há de renovar e melhorar a elite?”* (AZEVEDO, 1960, p. 223). Sua resposta é uma só: difundir o ensino o quanto mais e quanto melhor com o intuito de melhorar o nível intelectual e moral do povo. *“Assim como do couro saem as correias, de um povo esclarecido sairá uma elite magnífica”* (AZEVEDO, 1960, p. 223).

Para ele ainda, o termo elite costuma ir se apresentando com *‘matizes aparentes e secretos’*. Dessa forma, ele discorda da orientação que visa formar as capacidades diretoras, porque ela *“degenera forçosamente em cálculos egoísticos e pretensões excessivas”*. Em seu cálculo, os estudantes de ginásio e de colégio chegariam disfarçada, mas astuciosamente, a dizerem: *“Você sabe, nós vamos ser a elite... Assim como quem diz: estamos com a vida feita”* (AZEVEDO, 1960, p. 224).

Nessa direção, ira expressar a posição de que as condições para a pura investigação científica e para os estudos desinteressados não são favoráveis. Postula que deve haver estímulo e orientação ao espírito de curiosidade e indagação desde a escola primária ao ensino superior. *“Somos no Brasil, extraordinariamente propensos a considerar a ciência como um vasto entreposto de saber armazenado, que nos vem da Europa em carregamentos periódicos, em conserva, cozinhado, enlatado, pronto para a absorção. Fixamo-nos numa atitude passiva, receptiva e admirativa. Criamos até a superstição do livro, a superstição do nome estrangeiro”* (AZEVEDO, 1960, p. 224).

Para Ovídio Pires Campos, professor da Faculdade de Medicina de São Paulo, a base de uma democracia com o intuito de formar as elites intelectuais é o ensino secundário, sustentáculo da cultura de um povo. Concorda com a idéia de fundar institutos de investigação científica ou de cultura livre e desinteressada, mas expressa dúvidas quanto à sua frutificação naqueles anos 1920. É a partir da experiência vivida pela Faculdade de Medicina de São Paulo que aponta para a perspectiva de incrementar investigações e cursos especializados. Menciona a importância do tempo integral do professor, já instalada na referida Faculdade, o que vem facilitando o desenvolvimento associado entre o ensino e a pesquisa. Sua compreensão era de que cadeira ou grupos de cadeiras afins terão, além das funções docentes, a condição de se constituírem em núcleos de investigação (AZEVEDO, 1960, p. 231).

Para um outro professor da Faculdade de Medicina de São Paulo, Raul Briquet, “*a universidade consubstancia a cultura da nação. Sistematiza os zelos professorais, uniformiza o método, consolida a ordem de estudos assecuratória do seu progresso, representa elo de força que aumenta a reputação do corpo docente, e apura o respeito dos alunos à instituição onde cultivam o intelecto e os sentimentos*” (AZEVEDO, 1960, p. 240).

Teodoro Ramos, professor da Escola de Engenharia de São Paulo, posiciona-se a favor “*de uma universidade ‘de onde parta forte e permanente estímulo ao progresso industrial e econômico do país, e de onde se irradie a força intelectual e moral da nação’*” (AZEVEDO, 1960, p. 246). Nesse sentido, está preocupado com a formação de profissionais para as diversas especializações.

Reinaldo Porchat, professor da Faculdade de Direito, para quem o lema – ‘uma escola nova para necessidades novas’ – era uma utopia para o momento, manifesta-se favorável à instalação de universidade no Brasil, acreditando que ela seria organizadora dos rumos brasileiros a serem tomados.

No entendimento de Artur Neiva, médico sanitário, a fundação de instituições de pesquisa corrigiria a mentalidade brasileira apaixonadamente absorva em ninharias. Para ele, “*a ciência e a cultura desinteressada têm primeiramente de formar ambiente mais desenvolvido na parte culta da sociedade*” (AZEVEDO, 1960, p. 258). Nessa direção, assume que deve se fazer de tudo “[...] *para aumentar a influência das chamadas elites intelectuais no nosso meio, pois tais forças foram sempre as criadoras das civilizações no passado*” (AZEVEDO, 1960, p. 258). A propósito, suas observações sobre as livrarias brasileiras é provocativa: “*elas se sustentam à mercê da venda, sobretudo, de livros*

escolares, poesias, gramáticas e assuntos afins, o que dá uma soma aproximadamente de 80%. O restante é distribuídos para as outras atividades mentais” (AZEVEDO, 1960, p. 258).

Fernando de Azevedo, em suas conclusões à seção sobre o ensino superior, aponta que o ensino superior em São Paulo – objeto do Inquérito -, mas generaliza suas observações para o Brasil de um modo geral - “[...] *ainda não se desprende nem se elevou acima dos limites estreitos de preparação profissional*” (AZEVEDO, 1960, p.267). Reconhece ele as divergências entre os depoentes no tocante ao fato das universidades se constituírem no único meio para a superação da inferioridade que o Brasil se encontrava. Salienta as questões da universalidade e da profundidade, como carentes aos cursos universitários de então. “*Não é na especialização profissional, ainda que elevada à perfeição técnica, mas, ao contrário, na universalidade, que se pode achar a certeza do progresso [...]*” (AZEVEDO, 1960, p.268) mundial e científico.

Com relação à concepção de universidade, sustenta que é necessário fundir o sábio e o professor, para que o curso universitário possa realizar a mencionada profundidade em torno da pesquisa, para a qual a preocupação excessiva com a formação profissional pode ser anuladora da formação científica. Portanto, para ele, e em suas próprias palavras, “*a questão, ainda hoje insolúvel, entre nós, da formação de classes altamente cultivadas, idealistas e orientadoras, depende, pois, da solução que se der ao problema das Universidades*” (AZEVEDO, 1960, p. 268).

Depois de argumentar que as classes dirigentes desde a Grécia marcaram as civilizações, sustenta que “*a preparação das elites intelectuais precedeu sempre, em toda a parte, à instrução das massas*” (AZEVEDO, 1960, p.268). A educação do povo é uma conquista recente advinda dos direitos políticos, segundo ele, ou seja, o direito do voto promoveu o direito à instrução. Depois de justificar, através da história, o papel das elites, em referência ao Brasil enfatiza: “*Só em nosso liberalismo de epiderme, de uma sensibilidade estranha, e em outros casos tão embotada, chega a provocar pruridos democráticos o contato com esse problema da cultura das elites...*” (AZEVEDO, 1960, p.269).

Nesse patamar, argumenta que confrontar o ideal da formação das elites com os ideais democráticos implica uma postura romântica. A “[...] *educação popular e preparo das elites são, em última análise, as duas faces de um único problema da cultura nacional*” (AZEVEDO, 1960, p.269). As elites são, ao seu ver, recrutadas em todas as camadas sociais, e o papel da educação é provocar, paulatinamente, a diluição das

camadas mais obscuras. Entre parêntesis, observe-se aqui a semelhança com a postura platônica. E sua concepção de Estado, a esta altura da argumentação, é significativa: se a educação vai tomando corpo nas camadas mais obscuras, o seu papel é fazer despontar “[...] ‘o cidadão útil’, que o Estado tem o dever de atrair, submetendo a uma prova constante as idéias e os homens, para os elevar e selecionar, segundo o seu valor ou a sua incapacidade” (AZEVEDO, 1960, p. 269). Nesse sentido, as concepções de nação, de Estado, de elite e de universidade, mas também a de povo, se fundem numa só direção, revelando cabalmente o arcabouço de Fernando de Azevedo.

Conforme a metáfora de Azevedo: se o coração se contrai para receber o sangue – trata-se da sístole –, pela diástole ele lança o sangue que recebeu. Assim é a universidade: sua diástole se faz pela extensão a toda a nação, uma vez que sua sístole se faz de todas as camadas sociais; isso se justifica, uma vez que o problema nacional brasileiro é o problema da educação (AZEVEDO, 1960, p.271).

Concluindo

Em termos de consciência possível a explicitar os ideais, as aspirações e os projetos, estiveram em discussão em tal *Inquérito* a formação profissional, a formação do professor em nível superior, o desenvolvimento científico assentado em pesquisa, o cultivo à cultura livre e desinteressada voltado para a formação acadêmica. Todavia, tais temáticas assumem como norteamento o progresso e a evolução da nação. Tratava-se de fortalecer o desenvolvimento intelectual para promover a industrialização e o desenvolvimento econômico. Nessa direção, à universidade caberia o papel de formação das elites, das classes dirigentes ou das classes condutoras. E as questões de ordem curricular, presentes em vários depoimentos, apenas traduzem tais preocupações básicas. Evidentemente, tal arcabouço não é consensual entre os depoentes, mas em linhas gerais, o *Inquérito* de 1926 revela expectativas que estruturam uma consciência possível diante da nascente universidade brasileira.

Pontualmente, registram-se ainda críticas à Universidade do Rio de Janeiro como resultado de uma federação de escolas superiores, modelo este a se tornar hegemônico. O próprio Fernando de Azevedo afirma com relação a ela que “*não se lançaram as bases de uma instituição orgânica e viva, de espírito universitário moderno, mas se agruparam apenas, por justaposição, as escolas superiores profissionais, já existentes*” (AZEVEDO, 1960, P. 191). E o posicionamento de Artur Neiva, médico sanitário, é taxativo a

respeito, na direção de configurar-lhe um arranjo burocrático e administrativo. Depois arremata: “*Visitei grandes universidades do mundo, nos Estados Unidos, na Argentina e alguns países europeus: tudo, porém, com organização e fins inteiramente diferentes da chamada Universidade do Rio*” (AZEVEDO, 1960, p. 260).

Em síntese, e em sintonia com o tempo presente, a divisão social do trabalho vinha se configurando, bem como a tensão entre a formação acadêmica e a formação profissional. É também registrável a concepção humboldtiana de universidade, já presente em um projeto de universidade no século XIX. Entretanto, é nesse momento que estão se concretizando as primeiras universidades – a do Rio de Janeiro e a de Belo Horizonte – que está também triunfando o modelo napoleônico fundado na federação de escolas superiores, modelo este marcante na configuração da universidade brasileira nas décadas seguintes, até o confronto com a reforma de 1968, quando o ensino e a pesquisa são assumidos como indissociáveis. E é em torno deste marco que dar-se-á o norteamento da universidade brasileira de então, em vista de sua construção mais contemporânea.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Fernando de. A educação na encruzilhada. 2^a. edição, São Paulo, Melhoramentos, 1960.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. In GHIRALDELLI Júnior, Paulo, História da Educação. São Paulo, Cortez, 1990.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. São Paulo, Cortez e Moraes, 1978.

TEIXEIRA, Anísio. Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1989.